

CONSULTA PRÉVIA

DEGA-ENG-EP87

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA “ELABORAÇÃO DE CADERNO DE
ENCARGOS, INCLUINDO PROGRAMA PRELIMINAR, E LICENCIAMENTOS
PRELIMINARES, PARA PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DA EMPREITADA DE
CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CENTRAIS
FOTOVOLTAICAS NAS INSTALAÇÕES DA AdCL”**

CONVITE

Fevereiro 2023

CONSULTA PRÉVIA

ÍNDICE

Artigo 1.	Objeto.....	3
Artigo 2.	Entidade adjudicante.....	3
Artigo 3.	Documentos do procedimento e plataforma eletrónica.....	3
Artigo 4.	Consulta do processo.....	4
Artigo 5.	Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais.....	4
Artigo 6.	Visitas às instalações.....	5
Artigo 7.	Proposta.....	5
Artigo 8.	Propostas variantes.....	6
Artigo 9.	Prazo para apresentação das propostas.....	7
Artigo 10.	Modo de apresentação das propostas.....	7
Artigo 11.	Prazo da obrigação de manutenção da proposta.....	8
Artigo 12.	Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes.....	8
Artigo 13.	Critério de adjudicação e critério de desempate.....	9
Artigo 14.	Relatório preliminar.....	9
Artigo 15.	Relatório final.....	10
Artigo 16.	Adjudicação.....	11
Artigo 17.	Documentos de habilitação.....	12
Artigo 18.	Caução.....	14
Artigo 19.	Caducidade da adjudicação.....	14
Artigo 20.	Minuta do contrato.....	14
Artigo 21.	Celebração do contrato.....	15
Artigo 22.	Encargos.....	15
Artigo 23.	Dados pessoais.....	15
Artigo 24.	Impedimento de concorrência ao concurso de empreitada.....	16
Artigo 25.	Legislação aplicável.....	16
ANEXOS		17
ANEXO I	MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE.....	18
ANEXO II	PROPOSTA DE PREÇO.....	20
ANEXO III	MODELO DA DISCRIMINAÇÃO DOS PREÇOS PARCELARES.....	21
ANEXO IV	MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE RELATIVA À COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM PROJETO E DO TÉCNICO QUE ASSEGURARÁ O EXERCÍCIO DESSA COORDENAÇÃO, EM CASO DE ADJUDICAÇÃO.....	22
ANEXO V	MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO.....	23
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO.....	24

Artigo 1.

Objeto

A presente consulta prévia tem por objeto a celebração do contrato de Aquisição de Serviços para “*Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar e Demais Anexos, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção-Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL*”.

Artigo 2.

Entidade adjudicante

1. A presente consulta prévia é promovida pela **Águas do Centro Litoral, S.A.**, com sede na ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra e com os seguintes contactos para efeito da presente consulta prévia:

Telefone: +351 239 980 900

Fax: +351 239 980 949

Correio Eletrónico: geral.adcl@adp.pt

2. A decisão de contratar foi tomada por Despacho conjunto da Administração da empresa nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2023.
3. A escolha do procedimento de consulta prévia tem como fundamento o disposto na alínea c), do número 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 3.

Documentos do procedimento e plataforma eletrónica

1. O processo do presente procedimento é constituído pelas seguintes peças:
 - a) Convite, que inclui 6 (seis) anexos;
 - b) Caderno de Encargos, que inclui 4 (quatro) anexos.
2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde a data da sua publicação.

3. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no número anterior, devendo para tanto proceder ao registo prévio de acordo com as indicações constantes da mesma.

Artigo 4.

Consulta do processo

O processo relativo à presente consulta prévia pode ser consultado, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na plataforma identificada no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 5.

Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, isto é, até às **17:00:00 horas do dia 10 de março de 2023**, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica, e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, isto é, até às **17:00:00 horas do dia 24 de março de 2023**:
 - a) O júri, ou a Administração da AdCL, por escrito, através da plataforma eletrónica, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida no n.º 1 do Artigo 3.º e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, fazendo parte integrante destas, sendo notificados do facto todos os interessados que as tenham obtido.

Artigo 6.

Visitas às instalações

1. Durante o prazo para apresentação de propostas, os interessados podem visitar as instalações e proceder ao reconhecimento dos locais de execução da empreitada definidos no Caderno de Encargos, a fim de recolher informação relevante à elaboração das suas propostas, designadamente quanto aos acessos e espaço para manobra de veículos, condições de carga e outros.
2. As visitas aos locais de entrega dependem da formulação de um pedido de autorização à **ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, S.A.**, devendo o pedido ser realizado com 5 (*cinco*) dias úteis de antecedência em relação à data da referida visita.

Artigo 7.

Proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do Concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP (**ANEXO I** ao presente Convite);

- b) Proposta de Preço, elaborada em conformidade com o modelo do **ANEXO II** do presente Convite;
 - c) Discriminação dos preços parcelares, por rúbrica, correspondentes às diferentes componentes da aquisição de serviços objeto do presente procedimento, que contribuem para a formação Preço da Proposta de Preço, em conformidade com o modelo constante no **ANEXO III** ao presente Convite.
 - d) Declaração do Concorrente relativa à coordenação de segurança em Projeto, de acordo com o modelo constante no **ANEXO IV**, devidamente assinada pelo representante do concorrente;
 - e) No caso de o Concorrente ser constituído por um agrupamento de empresas, declaração conforme modelo apresentado no **ANEXO V** deste Convite (Acordo – Promessa de Constituição).
- 2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.
 - 3. O preço da proposta, será expresso em euros, com duas casas decimais e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
 - 4. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção dos documentos que os concorrentes entendam apresentar por os considerarem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP, os quais podem ser redigidos em inglês, francês e/ou castelhano.
 - 5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos da proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 8.

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Consulta Prévia - Convite

DEGA-ENG-EP87 - Aquisição de Serviços para “Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção- Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL”

Artigo 9.

Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser diretamente apresentadas na plataforma eletrónica identificada no n.º 2 do Artigo 3.º do presente Convite, até às **18:00:00 horas do dia 07 de abril de 2023.**

Artigo 10.

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do Artigo 3.º, do presente Convite, devendo, individualmente, ser assinados eletronicamente, não bastando, sob pena de exclusão da proposta, a mera assinatura eletrónica, de um ou vários ficheiros de compressão, que contenham mais do que um dos documentos exigidos.
2. Nos termos do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos elencados no ponto anterior terão de **ser todos assinados individualmente** e com recurso a assinatura eletrónica qualificada, pelo Concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar.
3. **Não é suficiente para o cumprimento da exigência legal a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação, ou de um documento único pdf que compile mais do que um dos documentos exigidos.**
4. A apresentação de ficheiros compactados ou num único pdf, sem que cada um dos documentos contenha, individualmente, assinatura eletrónica qualificada, com recurso a certificado digital de assinatura eletrónica, configurará causa de exclusão da proposta.
5. A assinatura eletrónica referida nos números anteriores deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;

- b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
6. Nos casos em que o certificado de assinatura eletrónica qualificada não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente, sob pena de em abstrato ocorrer a exclusão da proposta apresentada, instruir a proposta com um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
7. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1, 2 e 5 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 5 e 6 deste artigo caso em que devem ser juntos ao documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 11.

Prazo da obrigação de manutenção da proposta

1. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 (trinta) dias no caso de, no decurso de cada período, os Concorrentes nada declararem em contrário.

Artigo 12.

Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes

1. Sempre que o júri do procedimento tenha quaisquer dúvidas, designadamente, sobre aspetos das propostas que sejam considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas, poderá exigir dos concorrentes, bem como solicitar a outras entidades, todos os documentos e elementos de informação, inclusive de natureza contabilística, necessários para o esclarecimento dessas dúvidas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

Artigo 13.

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação é realizada, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de *Monofator*, nos termos previstos na alínea b), do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, submetendo-se apenas à concorrência o preço a pagar pela Entidade Adjudicante, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. Caso seja ordenada em primeiro lugar mais do que uma proposta, o desempate será efetuado mediante sorteio, a realizar na presença de representantes dos concorrentes nos seguintes termos:
 - a) O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, com uma antecedência mínima de dois dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - b) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - c) Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;
 - d) A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

Artigo 14.

Relatório preliminar

- I. Após a análise das propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual propõe fundamentadamente a exclusão das propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas de impedimento;
 - c) Que não sejam constituídas por todos os documentos ou que os mesmos não se encontrem elaborados nos termos exigidos no presente Convite;
 - d) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
 - e) Que não apresentem um preço para cada artigo previsto;
 - f) Que não sejam redigidas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução devidamente legalizada;
 - g) Que sejam apresentadas como variantes;
 - h) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - i) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP, com as necessárias adaptações.
2. O relatório preliminar é notificado aos concorrentes, os quais poderão exercer o seu direito de audiência prévia no prazo de 5 (*cinco*) dias, de acordo com o previsto no artigo 123.º do CCP.

Artigo 15.

Relatório final

- I. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º I do artigo anterior.

Consulta Prévia - Convite

DEGA-ENG-EP87 - Aquisição de Serviços para “Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção- Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL”

2. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 16.

Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação o adjudicatário é notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 17.º do presente Convite;
 - b) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
3. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de avaliação das propostas.
4. **A decisão de adjudicação, está sujeita à condição suspensiva de aprovação do membro do Governo responsável, em cumprimento do disposto na Lei do Orçamento do Estado para 2023. Como tal, a decisão de adjudicação só produzirá os seus efeitos quando e caso a referida autorização do membro do Governo responsável venha efetivamente a ser concedida.**
5. **Sem prejuízo do disposto no número anterior, atendendo à legislação em vigor, caso a Entidade Adjudicante seja dispensada da autorização da Secretaria de Estado do Ambiente, o procedimento iniciará a sua vigência com a entrada em vigor da dispensa mencionada, caso o procedimento pré-contratual já esteja concluído.**

Artigo 17.

Documentos de habilitação

- I. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO VI** ao presente Convite;
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - e) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - f) Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c), d), e e) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros;
 - g) Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores, de acordo com a minuta disponível no link <https://www.aguasdocentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores/>, encontrando-se o respetivo Código disponível no mesmo link. Para além disso, deve ainda entregar a Declaração de Aceitação do Regulamento de Fornecedores, de acordo com a minuta disponível no mesmo link, onde poderá também ser consultado o respetivo Regulamento.
2. O adjudicatário deve apresentar cópia dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica identificada no Artigo 3.º.

Consulta Prévia - Convite

DEGA-ENG-EP87 - Aquisição de Serviços para “Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção- Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL”

3. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas b), c) e d) do n.º I se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, disponível em www.pnfe.impic.pt.
5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
7. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º I do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
8. O prazo fixado no n.º I do presente artigo para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
9. Antes da celebração do contrato o adjudicatário deve, ainda, apresentar, o seguinte documento sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP:
 - a) No caso de a adjudicação recair sobre proposta apresentada por agrupamento, deve ainda apresentar documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou de agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto;

Artigo 18.

Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

Artigo 19.

Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não apresentar os documentos de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da decisão de adjudicação, ou da sua prorrogação de acordo com os n.ºs 5 e 6 do Artigo 17 ;
 - b) Não confirmar os compromissos no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação.
2. Constitui ainda causa de caducidade da adjudicação a não apresentação dos documentos exigidos no n.º 9 do Artigo 17.º do presente Convite.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, a adjudicação é realizada à proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente no relatório final de avaliação das propostas.

Artigo 20.

Minuta do contrato

1. O órgão competente para a decisão de contratar aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, a qual deve ser notificada ao adjudicatário para aprovação.
2. A minuta do contrato a celebrar, notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, deve assinalar expressamente os ajustamentos propostos.
3. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.

Consulta Prévia - Convite

DEGA-ENG-EP87 - Aquisição de Serviços para “Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção- Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL”

4. Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
5. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
6. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 21.

Celebração do contrato

1. O contrato é celebrado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição última assinatura digital.
2. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 3 (três) dias.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.

Artigo 22.

Encargos

São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta, bem como todas as despesas decorrentes da celebração do contrato.

Artigo 23.

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes

do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.

2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adcl@adp.pt.

Artigo 24.

Impedimento de concorrência ao concurso de empreitada

Ao abrigo da alínea i) do n.º I do Artigo 55.º do CCP, o adjudicatário ficará impedido de concorrer ao concurso de empreitada de conceção-construção cujas peças de procedimento irá contribuir para a sua elaboração.

Artigo 25.

Legislação aplicável

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

ANEXOS

Consulta Prévia - Convite

DEGA-ENG-EP87 - Aquisição de Serviços para “Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção-Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL”

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

(a que se refere a alínea a) do n.º I do Artigo 7.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo ao contrato a celebrar na sequência do Procedimento para a Aquisição de Serviços para “*Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção-Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL*”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como concorrente ou como membro de agrupamento Candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP.

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇO

(a que se refere a alínea b) do n.º I do Artigo 7.º)

F _____ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do Procedimento para Aquisição de Serviços para “Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção-Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL”, a que se refere o convite datado de [data do envio], obriga(m)-se a executar os trabalhos que constituem esse Contrato, em conformidade com o Caderno de Encargos pelo preço global de _____ (por extenso e por algarismos, em euros) e para o prazo 105 (cento e cinco) dias.

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, S.A. notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data _____

Assinatura(s) _____ (1)

(1) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III

MODELO DA DISCRIMINAÇÃO DOS PREÇOS PARCELARES

(a que se refere a alínea c) do n.º I do Artigo 7.º)

Art.º	Trabalhos	Unidades	Quant.	Preços Parcelares	Globais
ESTUDOS E PROJETOS, incluídos no preço global, de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos:					
1	Realização de reuniões técnicas com a AdCL, para definição das localizações das UPACs, bem como das soluções construtivas.	Vg	I		
2	Processos de Licenciamento, elaborados em conformidade com o disposto em Caderno de Encargos.	Vg	I		
3	Programa Preliminar, elaborado em conformidade com o disposto em Caderno de Encargos, e Estimativa Orçamental	Vg	I		
4	Caderno de Encargos e respetivos anexos, e Programa de Procedimento, para contratação da Empreitada de Conceção-Construção, elaborados em conformidade com as peças tipo a facultar pela AdCL.	Vg	I		
5	Análise e avaliação de propostas dos concorrentes.	Vg	I		
6	Assistência Técnica em fase do procedimento de formação do contrato e em fase de obra	Vg	I		
TRABALHOS AUXILIARES, incluídos no preço global, de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos:					
7	Reconhecimento geológico/geotécnico de superfície	Vg	I		
8	Análise de integridade de coberturas	Vg	I		
TOTAL					

Data _____

Assinatura(s) _____ ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

Consulta Prévia - Convite

DEGA-ENG-EP87 - Aquisição de Serviços para “Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção-Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL”

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE RELATIVA À
COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM PROJETO E DO TÉCNICO QUE
ASSEGURARÁ O EXERCÍCIO DESSA COORDENAÇÃO, EM CASO DE
ADJUDICAÇÃO**

(a que se refere a alínea d) do n.º I do Artigo 7.º)

DECLARAÇÃO

..... (Designação social ou Nome), com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva NIPC... (ou, caso se trate de pessoa individual, Cartão do Cidadão n.º...), Concorrente à Aquisição de Serviços “Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção-Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL”, declara assumir o compromisso de efetuar, em caso de adjudicação, e assim ser a vontade da ... (Designação da empresa), a coordenação de segurança em projeto e como tal cumprirá e fará cumprir por todos os intervenientes nesse projeto, todas as obrigações estabelecidas no Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, em particular no n.º I do artigo 19.º, tendo em conta ainda o estipulado no Caderno de Encargos da presente aquisição de serviços, nomeadamente no que se refere à elaboração do plano de segurança e saúde e organização da compilação técnica da obra.

(Caso aplicável, Concorrente constituído por um grupo de empresas com intenção de se vir a associar em consórcio) A empresa do grupo que efetuará essa Coordenação de segurança em obra será ... (Designação da empresa).

Mais declara que o técnico que será responsável pela coordenação do projeto possui a autoridade, poderes e meios necessários para o exercício das suas funções previstas na legislação aplicável e que desempenhará essas funções com dedicação, assiduidade e proficiência.

Mais declara que o técnico que assegurará o exercício da coordenação de segurança em projeto possui a qualificação para o exercício dessa coordenação de segurança em projeto e que desempenhará essa missão com dedicação, assiduidade e proficiência, tendo em conta a distribuição e descrição de funções definidas na empresa para a Equipa de Projeto e para o técnico em causa.

Este técnico ficará sujeito às afetações definidas no Caderno de Encargos.

Data _____

Assinatura(s) _____ ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO V

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

(a que se refere a alínea e) do n.º I do Artigo 7.º)

F, _____ (*indicação das empresas signatárias e sedes*) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Convite para a Aquisição de Serviços “*Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção-Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL*” e nos termos da alínea e) do n.º I do Artigo 7.º n.º do Convite, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ (*indicar a figura jurídica adotada*) ^(a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

As empresas associadas declaram que a empresa (*indicação da empresa do agrupamento*) representará a associação perante a ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, S.A. devendo toda a correspondência ser enviada para ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra, com o contacto telefónico: 239 980 900.

As empresas associadas assumem perante a Entidade Adjudicante responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

OU

As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de aquisição de serviço caso seja este o Adjudicatário.^(b)

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, S.A, a qualquer alteração na composição da associação, sob pena de exclusão do Procedimento.

Data _____

Assinatura(s) _____ ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

^(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

^(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

Consulta Prévia - Convite

DEGA-ENG-EP87 - Aquisição de Serviços para “Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção-Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL”

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

(a que se refere a alínea a) do n.º I do Artigo 17.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do Procedimento para a Aquisição de Serviços “Elaboração de Caderno de Encargos, Incluindo Programa Preliminar, e Licenciamentos Preliminares, para Procedimento de Contratação da Empreitada de Conceção-Construção para Implementação de Centrais Fotovoltaicas nas Instalações da AdCL”, lançado [•], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.